

Colonialismo, Expedições Científicas e Linguística  
no Brasil do Século XIX<sup>1</sup>

Cristina Altman<sup>1</sup> (USP)

**Resumo:**

Neste texto tentar-se-á estabelecer uma ligação entre as primeiras classificações propostas para as línguas nativas brasileiras e, ilustrativamente, os vieses das análises dos naturalistas-viajantes que tentaram estabelecê-las. Será dada atenção particular à investigação sobre o *status* conferido às assim chamadas ‘línguas gerais’ brasileira e paraguaia, respectivamente, o Tupi e o Guarani.

**Palavras-chave:** Linguística brasileira, Tupi, Guarani, século XIX

**Abstract:**

In this paper, an attempt will be made to establish a link between the first efforts to set up a classification of the native languages and to illustrate the individual biases that entered into these scientist-travelers’ analysis. Particular attention will be paid to an investigation of the status ascribed to the so-called Brazilian and Paraguayan ‘general languages’, respectively, the Tupí and the Guaraní.

**Key-words:** Brazilian linguistics, Tupi, Guarani, 19<sup>th</sup> century

## Introdução

---

<sup>1</sup> Uma primeira versão deste texto foi apresentada sob o título “Colonialism, scientific expeditions and linguistic typology”, na *Tenth International Conference on the History of the Language Sciences (ICHoLS X)*. Urbana-Champaign, Universidade de Illinois, Estados Unidos, 1 a 5 de setembro de 2005. O trabalho completo, ora vertido para o português com pequenas modificações, foi publicado em inglês nos *selected papers* da conferência sob o título “Colonialism, scientific expeditions and linguistics in 19th century Brazil”. *History of Linguistics 2005. Selected papers from the Tenth International Conference on the History of the Language Sciences (ICHoLS X)* editado por Douglas Kibbee. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins, p.212-227.

Este texto diz respeito a certas relações entre linguística e diversidade linguística. O período central de reflexão é a primeira metade do século XIX e o cenário é a recém-independente nação brasileira. É um importante momento para a institucionalização de uma identidade brasileira e tudo que isso envolve: o delineamento das fronteiras geográficas e políticas do país; o ressurgimento do interesse pela sua história colonial; a revisão e o estabelecimento de uma literatura representativa da língua que se pretendia a oficial para o país, o Português e, um dos grandes anseios desta geração, a solução de uma vez por todas da ‘questão indígena’, i.e., da sua integração definitiva na sociedade civilizada.

Embora bastante heterogênea na sua constituição, um dos mais duradouros mitos da cultura brasileira é sua celebrada unidade linguística. A crença de que falamos uma única língua, de norte a sul, tornou-se um *cliché* na percepção da comunidade de fala brasileira, desde que José de Anchieta (1534–1597) escreveu sua gramática sobre ‘a língua mais falada da costa do Brasil’ (ANCHIETA, 1990 [1595]). As designações associadas a esta língua, assim como as funções e os valores agregados a ela durante os séculos que se seguiram, podem ter variado ao longo dos séculos (v. RODRIGUES, 1996; GIMENES, 1999; ROSA, 2003; ALTMAN, 2003a). A estratégia de eleger uma única variedade em detrimento de centenas de outras, como instrumento comunicação supra-regional, entretanto, prevaleceu até pelo menos o final do século XIX, se não mais tarde, mesmo depois que os povos indígenas ascenderam à categoria de cidadãos livres e a língua portuguesa foi decretada a língua oficial (*Directório* de 1787, do Marquês de Pombal). Sendo assim, na procura da especificidade da nação brasileira, a existência de dezenas de línguas ainda faladas no interior do país foi percebida pela política imperial brasileira como um importante obstáculo a transpor.

As atividades promovidas para implementar políticas unificadoras foram em grande parte organizadas pelo *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (IHGB), criado em 1838 pelo imperador brasileiro, D. Pedro II (1825–1891), com a tarefa de dar apoio sistemático à pesquisa sobre a história do Brasil, seus habitantes e seu território e promover reuniões regulares entre seus associados para discutir suas descobertas. No rastro da criação do IHGB, surgiu um interesse imediato pelas línguas brasileiras e pela reedição de textos clássicos, gramáticas e dicionários — entre outros, a segunda (1874) e a terceira edição (1876) da gramática de Anchieta; as gramáticas de Montoya (1876 [1640]) e de Figueira (1878 [1687]) também foram reeditadas, além dos vários cronistas do período colonial, cujos relatos foram igualmente republicados no periódico mantido pelo Instituto. Seguiu-se, ainda, uma onda de expedições científicas que produziram materiais novos, tais como

aquelas levadas a cabo por Karl Friedrich Philipp von Martius (1794–1868), Batista Caetano (1826–1882), Couto de Magalhães (1837–1898), Charles Hartt (1840–1878), Karl von den Steinen (1855–1914) e Paul Ehrenreich (1855–1914).

Não por acaso, o IHGB logo se tornou uma instituição pivô não apenas para a implementação de estratégias do governo, mas também para a organização de áreas do conhecimento percebidas como inter-relacionadas: Geografia, História, Arqueologia e Etnografia. Sendo as línguas um relevante ponto de contato entre essas áreas, era quase que inevitável que emergisse, neste momento, um nicho para uma linguística de campo brasileira, não como uma disciplina autônoma, mas como uma área de pesquisa relacionada aos estudos históricos sobre os povos indígenas. Essa espécie de linguística indígena iria se expandir nos anos subsequentes, bastante afastada do prestigioso campo da filologia portuguesa que se desenvolvia em paralelo no Colégio Pedro II, também criado no Rio de Janeiro, em 1837–1838. Como consequência, o que se verá nas décadas seguintes é que o emergente campo de estudos linguísticos no Brasil se dividirá em duas práticas distintas: uma, proposta como filantrópica, para a qual não se requeria treino científico e sim abnegação para descrever a ‘língua selvagem’ e lidar com o homem primitivo; outra, percebida como científica, resultante do estudo teórico sobre línguas nobres, civilizadas: as filologias indo-europeias.

## 1 Uma ‘raça’ brasileira

A ideia de que a questão indígena no Brasil poderia ser resolvida através do estudo e do ensino das suas línguas nativas não se originou no século XIX. Basta lembrar o árduo trabalho exercido pelos missionários católicos dos séculos XVI e XVII, ao transcrever e descrever, pela primeira vez, as chamadas *línguas gerais* (ZWARTJES; HOVDHAUGEN [eds.], 2004; ZWARTJES; ALTMAN [eds.], 2005). Mas, enquanto a principal motivação dos missionários fora a catequização dos povos nativos a serviço do Império colonial, no século XIX, o foco da intervenção junto aos indígenas era a construção da “integridade brasileira e a independência como nação civilizada.”

Neste contexto, as línguas indígenas — mais do que as línguas de erudição, tradicionais no ensino, como latim e grego — deveriam ser aquelas preferencialmente estudadas, preservadas e classificadas, uma vez que, conforme a expectativa da época, seriam elas que revelariam a história dos seus falantes, suas origens e suas rotas de imigração

(VARNHAGEN, 1841, p.57). A questão dos negros, embora consistisse uma parte igualmente importante na equação da integração racial brasileira, foi deixada de lado pelos intelectuais da época que gravitavam em torno do IHGB. Regra geral, não havia particular interesse em conhecer as línguas africanas que entraram no país através do ainda ativo comércio escravagista; pelo contrário, os documentos que consultei revelaram um silêncio de pedra sobre assuntos relativos à presença dos negros no país.

Em 1840, dois textos fundamentais circularam no IHGB. O primeiro, de Francisco Adolfo de Varnhagen (1816–1878) — monarquista, diplomata, e o celebrado autor da primeira história geral do Brasil — versou *Sobre a necessidade do estudo e ensino das línguas indígenas do Brasil* (VARNHAGEN, 1841), em que ele propunha aos membros do Instituto três medidas urgentes no que dizia respeito à questão indígena: 1) a criação de escolas religiosas onde as línguas indígenas pudessem ser estudadas e ensinadas;<sup>2</sup> 2) a reimpressão de documentos, manuscritos, gramáticas e dicionários dos missionários dos séculos XVI e XVII, nessas línguas; 3) a fundação de uma divisão etnológica no Instituto, cuja responsabilidade seria o estabelecimento dos nomes das várias nações autóctones existentes em território brasileiro, assim como dos nomes e termos a serem dados às suas línguas e dialetos, locações, migrações, crenças, arqueologia, costumes sociais e hábitos e, também, a proposição de estratégias para educação indígena.

O segundo ensaio, de Martius (1845 [1840]), foi sua premiada monografia sobre *Como se deve escrever a história do Brasil*, na qual ele enfatizou que os três elementos raciais — o indígena, o caucasiano, i.e., o europeu português e o negro, chamado por ele de ‘etíope’ (*si*) — tinham que ser levados em conta na configuração da história brasileira, não na mesma proporção, já que eles não tinham o mesmo peso na sua formação. O europeu, representando o elemento civilizado, deveria, na sua opinião, prevalecer sobre os outros dois, inferiores a ele.

O que é relevante neste texto de Martius, do ponto de vista da reflexão aqui desenvolvida, é sua afirmação de que os nativos americanos não são povos primitivos. Ao contrário, nas proposições do ensaísta, eles são os remanescentes decadentes de uma outrora grande civilização brasileira (semelhante aos Incas no Peru, ou aos Astecas, no México), cuja língua se degenerou nos vários dialetos corruptos existentes. Para Martius (1845 [1840]; 1905), a existência de tantas línguas diferentes entre os ‘povos bárbaros’ era evidência do contínuo processo de decadência que tinha atingido a antiga civilização. Pelo

---

<sup>2</sup> Talvez não seja supérfluo lembrar ao leitor que, depois da expulsão dos jesuítas em 1759, o sistema educacional brasileiro falira quase que completamente.

bem da nação brasileira, era urgente, segundo ele, que essa antiga civilização fosse restaurada através da unificação linguística. E essa língua unificadora deveria ser o Tupi, por ele chamada de '*Língua Geral Brasileira*'. Como se lê abaixo:

**A língua principal fallada outr'ora pelos indios do Brazil em vastíssima extensão, e entendida ainda em muitas partes, é a língua Geral ou Tupi.** É sem dúvida muito significativo que um grande complexo de raças Brasileiras entendam este idioma. [...] e não podemos duvidar que todas as tribus, que n'ella sabem fazer-se intelligiveis, pertençam a um único e grande Povo, que sem duvida possuiu a sua historia própria, e que de um estado florescente de civilisação, decaiu para o actual estado de degradação e dissolução, [...]. (MARTIUS, 1845 [1840], p. 387, grifos meus)

A teoria da existência de uma antiga civilização brasileira teve uma consequência importante para o estudo das línguas brasileiras do século XIX: como os bárbaros não tinham história (*sic*), nem escrita, a única maneira de reconstruir seu passado era observar suas línguas do presente e procurar, nas suas formas e vocabulário, dados remanescentes da sua grandeza. Os dados linguísticos eram, pois, a dimensão observável de outros fenômenos a serem investigados, nomeadamente, a origem do *homo americanus*, e as razões da sua dissolução moral e civil. (Cf. também VARNHAGEN, 1874 [1849], p. 368: “Cada vez me convenço mais de que para o estudo das raças indígenas nada nos póde ser de mais socorro do que o conhecimento das suas línguas.”)

Por um lado, esta política abriu espaço para um trabalho linguístico pragmaticamente orientado: a construção de uma história brasileira dependia da coleta e do estabelecimento de dados etnolinguísticos, e isso é positivo. De outro, entretanto, ela teve um efeito perverso. Em vez de estimular o estudo das dezenas de línguas que sobreviveram no interior do país, aconteceu que o estudo e a codificação do Tupi (a que todas as outras línguas tinham que ser comparadas e ‘reduzidas’) prevaleceram ainda uma vez. Na prática, isso significou a concentração da pesquisa nos radicais tupis (incluindo dos seus dialetos) e vocabulário. Foi a emergência de um movimento a que a geração seguinte pejorativamente se referiria como a nossa *Tupimania* (EHRENREICH, 1892).

## 2 As línguas gerais, Tupis, Guaranis e Tapuias

É importante observar que o termo *língua geral*, assim como as designações Tupi e Guarani, cobriram referentes diferentes ao longo do tempo. Nos dias de hoje, considera-se

o *Tupi* uma das variedades da 'língua mais falada na costa do Brasil' nos séculos XVI e XVII, que é associada por Rodrigues (1994, 1996) à *língua geral paulista*, uma língua derivada do Tupi antigo, utilizada na colonização do sul e do sudeste do país, i.e., São Paulo, Minas Gerais, sul de Goiás, Mato Grosso e norte do Paraná (v. também PREZIA, 2000). A *língua geral paulista* está completamente extinta hoje e, ainda de acordo com Rodrigues (1994, 1996), o único documento suficientemente representativo que dela restou é um dicionário de verbos, de autor desconhecido, publicado por Martius no seu *Glossaria* (1969 [1867], p. 99-122. v. seção 3 a seguir).

O que se chamou *Tupinambá*, também falado ao longo da costa brasileira durante os séculos XVI e XVII — Bahia, Rio de Janeiro e Espírito Santo — foi a variedade registrada nas gramáticas de Anchieta (1990 [1595]) e Figueira (1878 [1687]). Essa variedade teria originado, mais ao norte, a *língua geral amazônica*, a língua dos portugueses colonizadores da região amazônica, conhecida hoje como o *Nheengatú* (COUTO DE MAGALHÃES, 1876; RODRIGUES, 1996; BESSA FREIRE, 2004). Do ponto de vista contemporâneo, portanto, o antigo Tupi (sécs. XVI-XVII), o Tupinambá (sécs. XVII-XVIII), a língua geral paulista (sécs. XVII-XVIII) e o Nheengatú (sécs. XVII-XVIII) são variedades históricas e geográficas do mesmo subconjunto de línguas da família Tupi-Guarani, aquela que foi disseminada ao longo da costa do Atlântico, do sul até a região amazônica.

No que diz respeito ao *Guarani* antigo, no início do século XVII, as reduções jesuíticas ocupavam vastos territórios que hoje correspondem ao sul do Brasil, da região do Guairá (entre o rio Paranapanema e seus afluentes, até a fronteira da capitania de São Vicente), até a região de Tape (Rio Grande do Sul). Ao norte, as missões guaranis se espalharam até a região do Pantanal e do estado do Mato Grosso, na região de Itatim. À semelhança do que aconteceu em São Paulo entre os Tupi e os portugueses, onde os mestiços falaram a língua geral paulista até pelo menos a metade do século XVIII, o contato entre os guarani e os espanhóis favoreceu o desenvolvimento de uma população mestiça cuja língua de contato era o guarani. Em consequência, podemos falar de uma *língua geral* também no Paraguai, o *Guarani Criollo*, ou *Guarani paraguaio* (RODRIGUES, 1996), que constitui hoje, juntamente com outras variedades modernas do Guarani — *Kaiwá*, *Nhandéva*, *Mbyá*, *Xetá*, *Guayakí*, *Chiriguano* — o segundo subconjunto da família Tupi-Guarani, aquele localizado na bacia do Paraná e do Paraguai.

O resto do país, até o século XIX era uma grande *terra incognita* onde viviam os pouco conhecidos Tapuias (CARDIM, 1939 [1625], p. 236). A aceitação do projeto colonial, a

cooperação nas guerras contra os espanhóis e a disposição de se tornar cristão foram os critérios principais que separavam os Tupi (amigos) dos Tapuia (inimigos), da perspectiva dos portugueses, evidentemente. Embora fortemente estereotipada, essa divisão dupla entre os Tupis e Tapuias pode, de certa maneira, ser considerada a primeira classificação dos índios brasileiros, um primeiro princípio organizatório de uma realidade percebida como extremamente heterogênea.

A realidade sociolinguística era, com certeza, muito mais complexa do que aqui se esquematiza, especialmente se nos lembrarmos das repetidas incursões dos paulistas ao longo dos séculos XVI e XVII às reduções jesuíticas do Sul, em busca de escravos guaranis que, uma vez capturados, eram trazidos a São Paulo (MONTEIRO, 1994). Nessa região, além dos Tupi, havia pelo menos mais dois grupos (os Maromomi e os Guaianá) cuja língua e etnia eram de um tipo diferente, para não mencionar ainda que, no período entre 1580 e 1640, Portugal e Espanha e suas colônias estavam unidos sob uma só coroa. Isso tornou as relações de troca entre todas as etnias e línguas envolvidas ainda mais complexas.

Em termos gerais, entretanto, não estaremos errados se afirmarmos que o antigo Tupi e o antigo Guarani foram as duas bases autóctones sobre as quais duas línguas gerais vizinhas — a paulista e a paraguaia, respectivamente — se desenvolveram, na região que corresponde hoje ao sul do Brasil, e o Tupinambá como a base a partir da qual se desenvolveu a língua geral amazônica.

### **3 A classificação das línguas brasileiras**

O botânico Martius havia estado no Brasil muito antes da criação do IHGB, juntamente com o zoologista Johann Baptist Spix (1781–1826), no comitê austríaco que seguiu a arquiduquesa Leopoldina, que veio ao Brasil casar-se com D. Pedro I (1798–1834). Entre 1817 e 1820, ambos os cientistas, além de estudar e descrever a flora e a fauna, também coletaram amostras de línguas brasileiras com a ajuda de intérpretes. Os materiais que Martius colheu nessa ocasião, juntamente com dados que ele transferiu de livros e manuscritos antigos, permitiram-lhe organizar um primeiro glossário abrangente das línguas conhecidas até aquela época: o *Glossaria linguarum brasiliensium*, publicado pela primeira vez em 1863 (v. o trabalho monográfico de CRUZ, 2005 para detalhes). Apesar de estar na Europa, para onde retornou depois de sua estada no Brasil, Martius se tornou um

ativo correspondente do IHGB, participando das discussões promovidas pelo Instituto e publicando assiduamente no seu periódico.

Nas seções que se seguem, tomarei como exemplares das políticas do período duas propostas formuladas por Martius, no que diz respeito a questões linguísticas: a cunhagem do termo Tupi como a designação legítima da língua brasileira, e a proposta de que o sul do Brasil é que fora o ponto de partida das migrações dos povos Tupi — a matriz cultural, de acordo com Martius, de todas as outras nações sul americanas, incluindo os Guarani.

### 3.1 Tupi, a língua brasileira

Nos seus *Glossaria* (1863; 1969 [1867]), Martius apresentou dois conjuntos de dados: aqueles pertencendo à língua a que ele se referia como Tupi, ou *língua geral brasílica*, nomeadamente: *dialectus vulgaris* (Pará),<sup>3</sup> Apiacás, Cayowás, Bororôs, Omáguas, Campévas, Araquajú, Uraguaçu, Mundrucûs, Muras, e o Tupi austral (1969 [1867], p. 5-122), e aquelas cerca de 90 línguas e dialetos que pertenciam aos grupos não-Tupi, organizados da seguinte maneira (1969 [1867], p. 123-286): Guaycurus, Guanás [Mataco], Guachis; os Gentis Gês (=Cayapós, Chavantes, Cherentes, Chicriabás, Geicó, Masacará, Acroa mirim, Apinagés, Aponegicrans, Carahôs, Camacan, Meniens, Cotoxó, Tecuna, Catoquina, Coretú); os Gentis Goyatacas (=Coropó, Machacali, Capoxó, Patachô, Macuni); os Gentis Cren (Gueren) (=Botocudos, Puri, Coroadó, Malali, Guato, Patagon, Camé); os Gentis Guck: (=Cayriri, Sabujá, Pimenteira, Manao, Marauha, Macusi, Paravilhana, Uirina, Bare, Cariay, Araicu, Canamirim, Maxuruna, Caripuna, Culino, Uainuma, Jumana, Jucúna, Passe, Cauixana, Tariana, Baniva, Carajás, Mariaté, Júri) e, finalmente, o que Martius considerou os *gentis incertae affinitatis*: Coeruna, Jupuí, Miranha, Jaúna, Cobeu, Tucano, Curetú.

As outras partes do livro foram dedicadas às línguas faladas nos territórios da fronteira brasileira: Kechua, Yagua, Oregones, Panos, Cocamas, Pebas, Iquitos, Zapara, e Aruac, seguidos por uma *'vocabula comparata Guyanae britannicae'* (1969 [1867], p. 289-324). Em adendo, um pequeno dicionário da língua Galibi (1969 [1867], p. 327-412) e um dicionário da flora e da fauna Tupi (1969 [1867], p. 373-544).

No prefácio dos seus *Glossaria* (1863, p. XII), antes de recomendar enfaticamente “a difusão da língua geral brazilica entre todos os Índios”, uma das tarefas a serem realizadas pelo pesquisador filantropo, Martius reiterou a natureza preliminar do seu trabalho. Mesmo

---

<sup>3</sup> Sigo as designações originais de Martius, assim como sua grafia.

que os vários vocabulários ali reunidos não servissem, ainda, segundo ele, de base segura para a comparação, certamente serviriam de ponto de partida para pesquisas nessa direção. No fim, como apregoava o espírito científico da época, eles tornariam gradualmente possível a comparação entre as línguas e o estabelecimento de suas gramáticas em bases mais ‘modernas’. Em outras palavras, permitir futuras comparações entre formas linguísticas semelhantes e a descoberta das ‘leis orgânicas’ que causaram suas mutações fonéticas seria a contribuição dos *Glossaria* para a filosofia das línguas, como se dizia na terminologia de então (MARTIUS, 1863, p. XVII). Além disso, Martius exaltou o alto potencial de aplicabilidade deste instrumento. Listas de termos equivalentes em diferentes línguas não só permitiram inteligibilidade mútua entre aqueles que tinham que lidar com índios de diferentes tribos, mas também contribuiriam para o desenvolvimento da língua geral existente, i.e., o Tupi, através da adição e adaptação de termos e expressões de outras línguas. Como resultado, a língua Tupi se difundiria cada vez mais e se tornaria, médio prazo, a língua franca de todos os brasileiros. Essa seria uma pré-condição, na sua visão, para nossa ascendência ao mundo civilizado.

[.] seria utilíssimo e summamente no interesse do Brazil, que a língua geral, que dois séculos antes foi falada quazi em todo o império por muitos brancos, seja ainda agora fomentada por todos os meios e estendida em todos os territórios, aonde vivem Índios. Façam-se todos os esforços para que ella, como língua verdadeiramente geral e franca, seja substituída a todas as geringonças, e que estas, meio e resultado das divizões e inimizades perpetuas dos autochtones, mais e mais desvanesçam. (MARTIUS, 1895 [1861], p. 67)

É fácil imaginar quão oportuno era o trabalho pioneiro de Martius em um contexto onde o controle da heterogeneidade linguística da América Portuguesa e a demarcação das suas fronteiras eram tarefas primordiais. A unificação de uma sociedade considerada extremamente heterogênea, na qual havia povos vivendo em estado de ‘deplorável’ precivilização, foi proposta como uma urgente — e humanitária — tarefa a ser realizada por essa geração. A questão linguística era crucial nesse contexto: falar a língua à qual foi conferido o *status* de ‘geral’ significava ultrapassar a categoria de selvagem e se tornar civilizado, no sentido de se tornar participante do sistema econômico das missões e das colônias.

Mesmo que reproduzindo, de certa maneira, a velha dicotomia colonial entre Tupi vs. Tapuias, os *Glossaria*, enfatizando o largo espectro dos dialetos Tupi, são considerados a

primeira classificação científica das línguas brasileiras (i.e., as primeiras não-missionárias), e o ponto de partida das pesquisas científicas e históricas do século XIX e mesmo do século XX. Com efeito, várias gerações de americanistas faziam referência ao índice de Martius, e o reelaborariam de várias formas. Mas o que é de se observar, nesse momento, é a ausência de qualquer referência à língua Guarani em todo *Glossaria*. Voltarei a essa questão na próxima seção.

### 3.2 Estabelecendo fronteiras

O interesse em estabelecer as origens da população Tupi data deste período, quando naturalistas como D'Orbigny (1944 [1839]), Ehrenreich (1892), além do próprio Martius, avançaram hipóteses sobre sua origem e as razões da sua expansão territorial. Desde então tem havido certo consenso entre linguistas, etno-historiadores e arqueólogos que teria havido um centro comum de dispersão Tupi, embora não haja consenso sobre o local exato deste epicentro, nem sobre as rotas seguidas pelas várias ondas migratórias (NOELLI, 1996; URBAN, 1996; RODRIGUES, 2000). Seja como for, no período aqui em exame, observamos uma interessante disputa entre historiadores e naturalistas<sup>4</sup> sobre a real designação desta que seria a nação-mãe de todas as outras (ALTMAN, 2004). Não por acaso, as discussões se polarizaram entre aqueles que defendiam o Tupi como a denominação preferencial dessa língua-mãe e aqueles que defendiam o Guarani, língua que passaram a designar, metonimicamente, Brasil e Paraguai, duas nações vizinhas e em guerra no período (1864-1869).

Embora Martius não fosse exatamente o primeiro a levantar a hipótese da precedência do Guarani sobre línguas e dialetos semelhantes,<sup>5</sup> essa hipótese foi associada a ele, principalmente. Nas suas primeiras incursões sobre o tema, ele de fato propôs que a civilização Tupi tivesse tido sua origem no sul do continente, mais exatamente no Paraguai e no Sul da Bolívia e que o Guarani fosse a língua original. Nos seus próprios termos:

[...] não resta, pois, dúvida de que o berço dos tupis não é o extenso trecho ao longo do litoral, habitado aqui e ali por outras hordas, mas deve ser procurado alhures. A língua guarani, que em

---

<sup>4</sup> Os escritores românticos e os músicos lidaram de forma diferente com a mística indígena; cf. José de Alencar, Gonçalves Dias, e Carlos Gomes.

<sup>5</sup> Há uma nítida tendência na literatura espanhola dos séculos XVIII e XIX em apontar o Guarani como a língua matriz de outras do mesmo grupo. Cf. Felippo Salvatore Gili's *Saggio di Storia Americana* de 1782, por exemplo, e o *Catalogo* de Lorenzo Hervás de 1800 [1756].

muitos sentidos se mostra ser a pura raiz de todos os dialetos, indica-nos, por isso, a pátria de origem dos tupís, no Paraguai, o território entre esse rio e o Paraná. Ali, ainda é falada atualmente essa língua, embora a já maior parte da tribo tenha desaparecido, assim como os tapes da província do Rio-Grande-do-Sul e de Montevideú. (SPIX; MARTIUS, 1938 [1823], p. 202)

Suas publicações seguintes, entretanto, gradualmente oscilaram entre as duas designações, Tupi e Guarani, até a omissão completa dos Guarani na edição dos *Glossaria* de 1863 que, como observamos acima, não faz referência a eles — é quase inevitável lembrar que o trabalho de Martius foi patrocinado pelo Imperador brasileiro, a quem não interessava nem um pouco reiterar a precedência do Guarani sobre o Tupi (v. também CRUZ, 2005). O fato é que a substituição gradual do termo Guarani pela designação Tupi parece ser uma boa política, como testemunha o subtítulo que Varnhagen dá à sua reedição da gramática de 1640 de Montoya: *Arte de la lengua guarani, o más bien Tupi*.

A História varia de acordo com o ponto de vista dos historiadores, como sabemos, e o tom que essa questão assumiu no período sob reflexão é um bom exemplo disso. Admitir que a língua-mãe do sudeste americano era originária do sul, i.e., da região do Rio Paraguai —como Martius propunha — significava admitir que a variedade linguística falada em território paraguaio, i.e., o Guarani, era a base a partir da qual outros dialetos, incluindo o Tupi, derivavam. Aceitar que o Tupi fosse uma derivação do Guarani, i.e. uma simples corruptela de outra língua, não coadunava com os anseios de uma emergente nação brasileira, em pleno processo de autoafirmação política.

Em contrapartida, postular o Tupi como a língua-mãe de todos os dialetos, i.e., a verdadeira língua original dos primitivos habitantes do território sul-americano, a leste dos Andes, significava colocar seu ponto de dispersão em outro lugar, no norte do país, por exemplo, como Varnhagen (1876), aliás, claramente estabelece abaixo:

El nombre *guarani* o mas bien *guaryni*, segun el propio Montoya, no quiere decir sino guerra, o por ventura guerrero; y como la lengua era hablada tambien por individuos de la nacion que no eran guerreros, como niños y sacerdotes (*pajés*) y los nefandos *tebiros* y hasta por las propias mujeres, bien que con sus modificaciones, sigue-se que ese nombre es impropio para aplicarse a la lengua; **al paso que el de *tupí*, que era el que correspondia a esa raza, que de norte a sur (y no del sur al norte, segun imaginó Martius)** habia invadido casi toda la America Meridional acá de los Andes, no ofrece tales contradicciones. Etimológicamente, segun temos demostrado, este nombre *tupi* viene de *t'ypi*, y significa 'los de la generacion primera'. (VARNHAGEN, 1876, p. IV-V, grifos meus)

Se aceitarmos que essa citação ilustra o clima de opinião da época, torna-se fácil demonstrar como as diferenças entre as duas línguas estavam longe de ser diferenças apenas linguísticas. No século XIX, as línguas Tupi e Guaraní se tornaram um critério organizador oficial das diferenças seculares entre Portugueses e Espanhóis, inclusive as territoriais, i.e., o marco concreto das fronteiras políticas e culturais entre duas recém-criadas jovens nações: Brasil e Paraguai.

Tanto é que o não menos celebrado autor da *Civilização Guaraní*, Moisés Bertoni (1857–1929), um naturalista suíço que passou grande parte da sua vida no Paraguai, postula exatamente o oposto de Varnhagen. Observe-se:

**El nombre ‘Tupi’: Creo haber demostrado ya, en mis trabajos anteriores, la conveniencia de abandonarlo.** De cualquier manera que se le emplee, cualquiera sea la extensión que se le dé, hoy día ya no puede sino engendrar confusión. Como sinónimo de ‘guaraní’ está de sobra; como substituto, expone a desagradables equivocaciones; como nombre histórico es de significado artificial; como nombre indígena es de significado contradictorio; como verdadero nombre de pueblo, no existió nunca; etimológicamente, es absurdo: por fin, **los Guaraníes modernos lo rechazan en absoluto y lo dan a sus enemigos.** (BERTONI, 1916, p. 5)

## Conclusão

Algumas das consequências dessa política recorrente de estandardização da língua não surpreendem: das centenas de línguas faladas no que corresponde hoje ao território brasileiro, somente 180 restaram. O que chama mais a atenção, talvez, seja o fato de que dessas línguas somente 34 são reconhecidas pelos linguistas brasileiros contemporâneos como bem documentadas; 114 delas são consideradas como razoavelmente documentadas, enquanto as 23 remanescentes são consideradas desconhecidas (FRANCHETTO, 2001).

Com efeito, no início dos anos 1990, em uma pesquisa abrangente sobre linguística brasileira moderna incluída na minha tese de doutorado (ALTMAN, 2003b), examinei mais de 200 artigos publicados nos mais representativos períodos de linguística do país, do ponto de vista, entre outros parâmetros, das línguas descritas — português, línguas indígenas, ou alguma outra língua estrangeira — e a orientação geral que os autores deram à

sua pesquisa — se gramatical, uso/variação, histórica, (meta)teórica, ou aplicada. Os resultados, em valores absolutos, estão representados na tabela abaixo:

**Dados em artigos de pesquisa publicados em periódicos brasileiros de linguística  
(1960-1990)**

LÍNGUA ORIENTAÇÃO	PORTUGUÊS	ÍNDÍGENAS	OUTRAS	TOTAL
Gramatical	61	8	9	78
Uso/Variação	54	3	13	70
Histórica	5	3	3	11
(Meta)Teórica	24	3	1	28
Aplicada	16	—	5	21
TOTAIS	160	17	31	208

Fontes: *Estudos Lingüísticos. Revista Brasileira de Lingüística Teórica e Aplicada* (1966–1968), *Revista Brasileira de Lingüística* (1974–1984), *Cadernos de Estudos Lingüísticos* (1978–1988, corrente), *Cadernos de Lingüística e Teoria da Literatura - Ensaios de Lingüística* (1978–1988, corrente), *Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada* (1985–1988, corrente), In: ALTMAN, 2003b.

Pode-se construir vários cenários da linguística brasileira do período a partir desses números. A produção do período foi predominantemente sincrônica e fortemente orientada para a descrição gramatical do português. O que me parece notável, entretanto, é o relativamente pequeno número de artigos dedicado à descrição das línguas indígenas — somente 17 — para não mencionar os estudos relacionados com as línguas africanas que entraram no país durante o período colonial, totalmente ausentes, e os estudos sobre outras línguas minoritárias europeias que entraram no país, principalmente na primeira metade do século XX, como alemão, italiano, japonês, também ausentes. Isso não implica automaticamente, claro, que nada foi feito nesses campos durante o período examinado, mas certamente sugere que, se foi feito, não o foi por linguistas brasileiros que publicaram nos periódicos profissionais brasileiros ou, ao menos, por linguistas que fizeram parte do circuito oficial da linguística brasileira.

Mais recentemente, em outro nível de reflexão — nível da história das ciências da linguagem no Brasil — observei tendência similar no que diz respeito à desproporção entre estudos dedicados à história de trabalhos devotados ao português e estudos que focalizavam outras línguas, ou tradições linguísticas brasileiras (ALTMAN, 2001). Dos 238

ensaios históricos de diferente natureza que examinei — crônicas, biografias, bibliografias, historiografias, resumos — somente poucos foram retrospectões de estudos sobre línguas indígenas brasileiras.

Aparentemente, as ciências da linguagem no Brasil — e a historiografia que a legitima— ao colocar de lado estudos anteriores sobre as línguas indígenas brasileiras, investindo privilegiadamente no estudo do português, indiretamente reforçam o mito da homogeneidade linguística brasileira, ao mesmo tempo em que deslocam nosso horizonte histórico para outro lugar. Com efeito, mesmo depois de quatro séculos das descrições pioneiras dos missionários jesuítas, renovadas pelas expedições científicas do século XIX, os linguistas brasileiros se alinharam com outras tradições, aquelas que reconheceram o início da disciplina linguística como a ciência que estuda as línguas indo-europeias (cf. MATTOSO CÂMARA, 1975 [1962]).

Um dos desafios do historiógrafo contemporâneo da linguística é compreender, e se possível explicar como e por que, no processo de seleção das ideias e práticas linguísticas do nosso passado, os brasileiros parecem ter sistematicamente deixado de lado os estudos de outras línguas que não o português, e esquecido sua herança de estudos desenvolvidos a partir de outras tradições, de séculos anteriores. Enquanto isso, podemos talvez observar que se os missionários devem ser culpabilizados, não sem razão, diga-se, por colaborar com uma política cultural e linguisticamente homogeneizante, nós, cientistas dos séculos XIX e XX, até agora, parece que não fizemos muito melhor.

## Referências bibliográficas

ALTMAN, Cristina. *Historiografias Lingüísticas*. Três Questões em Produção Lingüística Brasileira. 2 vols. Tese de Livre-Docência. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, Ms., 2001.

\_\_\_\_\_. “As Línguas Gerais Sul-Americanas e a Empresa Missionária: linguagem e representação nos séculos XVI e XVII”. In: BESSA FREIRE; ROSA (eds.) 2003a. p.57-84.

\_\_\_\_\_. *A Pesquisa Lingüística no Brasil (1968-1988)*. 2a ed. São Paulo: Humanitas, 2003b (1a ed. 1998).

\_\_\_\_\_. “Tupi, Guarani and the search for the mother tongue”. Comunicação proferida na *II International Conference on Missionary-Colonial Linguistics (1492-1850)*. São Paulo, 10-13 Março, 2004.

ANCHIETA, Joseph. *Arte de Grammatica da Lingoa mais Usada na Costa do Brasil*. 7a ed. São Paulo: Loyola, 1990 [1595] (1a ed., Coimbra: Antônio Mariz, 1595; 2a ed. por Julio Platzmann, *Grammatik der brasilianischen Sprache: Mit Zugrundelegung des Anchieta*. Leipzig: Teubner, 1874; 3a ed., 1876.)

BERTONI, Moisés Santiago. “Influencia de La Lengua Guaraní en Sud-América y Antillas.” *Anales Científicos Paraguayos* 1, p. 3-26, 1916.

BESSA FREIRE, José Ribamar. *Rio Babel. A história das línguas na Amazônia*. Rio de Janeiro: EDUERJ-Atlântica, 2004.

BESSA FREIRE, José Ribamar; ROSA, Maria Carlota (eds.) *Línguas Gerais. Política lingüística e catequese na América do Sul no período colonial*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2003.

CARDIM, Fernão. *Tratado da Terra e Gente do Brasil*. Intr. e notas por Baptista Caetano, Capistrano de Abreu, e Rodolfo Garcia. 2a ed. São Paulo: Nacional, 1939 [1625].

COUTO DE MAGALHÃES, José Vieira. *O Selvagem*. Rio de Janeiro: Typ. da Reforma, 1876.

CRUZ, Aline da. *O Resgate da Língua Geral. Modos de representação das unidades lingüísticas da língua geral brasílica e do tupi austral na obra de Martius (1794–1868)*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

D’ORBIGNY, Alcides. *El Hombre Americano Considerado em sus Aspectos Fisiológicos y Morales*. Buenos Aires: Editorial Futuro, 1944 [1839].

EHRENREICH, Paul. “Divisão e Distribuição das Tribus do Brasil Segundo o Estado Actual dos nossos Conhecimentos”. *Revista da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro* 8, p.3-55, 1892.

FIGUEIRA, Luís. *Grammatica da Lingua do Brasil*. 6a ed. Facsimilada por Julius Platzmann. Leipzig: B. G. Teubner 1878 [1687] (1a ed., Lisboa: Manoel da Silva, 1621; reimpr., Lisboa: Miguel Deslandes, 1687).

FRANCHETTO, Bruna. “Línguas Indígenas no Brasil: Pesquisa e formação de pesquisadores”. In: GRUPIONI, Luiz Donisete Benzi; VIDAL, Lux; FISCHMANN, Roseli (ed.) *Povos Indígenas e Tolerância*. São Paulo: EDUSP, 2001.p. 133-156.

GIMENES, Luciana. *As Formas de Saber sobre as Línguas do Brasil no Século XVI*. Uma contribuição para a historiografia lingüística brasileira colonial. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

MARTIUS, Karl F. P. Von. “Como se Deve Escrever a História do Brasil”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico* 5, p. 381-401, 1845 [1840].

\_\_\_\_\_. *Glossaria Linguarum Brasiliensium/ Glossários de Diversas Línguas e Dialectos, que Fallao os Indios no Império do Brazil/ Wörtersammlung Brasiliannischer sprachen*. Erlangen: Druck Von Junge & Sohn, 1863.

\_\_\_\_\_. “Carta do Dr. Carlos F. de Martius. Contendo observações sobre botânica, vocábulos tupis e origem das tribus americanas”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico* 58, p. 59-68, 1895 [1861].

\_\_\_\_\_. “A Ethnografia da América. Especialmente do Brazil. O passado e o futuro do homem americano”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico* 9, p. 534-562, 1905.

\_\_\_\_\_. *Wörtersammlung Brasiliannischer sprachen/ Glossaria Linguarum Brasiliensium/ Glossários de Diversas Línguas e Dialectos, que Fallao os Indios no Império do Brazil*. Wiesbaden: Martin Sändig, 1969 [1867].

MATTOSO CÂMARA, Joaquim. *História da Linguística*. Trad. por Maria do Amparo Barbosa de Azevedo do manuscrito em inglês de 1962. Petrópolis: Vozes, 1975 [1962].

MONTEIRO, John. *Negros da Terra: Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MONTOYA, Antonio Ruíz de. *Arte y Bocabulario de la Lengua Guarani*. Tomo Primero. Facsimile ed. por Julio Platzman em dois vols. *Arte de la Lengua Guarani e Bocabulario de la lengua Guarani*. Leipzig: B.G. Teubner, 1876 [1640] (1a ed., Madrid: Juan Sanchez, 1640).

NOELLI, Francisco Silva. “As Hipóteses sobre o Centro de Origem e Rotas de Expansão dos Tupi”. *Revista de Antropologia*, v.39, n.2, p.7-53, 1996.

PREZIA, Benedito A. *Os Indígenas do Planalto Paulista — nas crônicas quincentistas e seiscentistas*. São Paulo: Humanitas, 2000.

RODRIGUES, Aryon. *Línguas Brasileiras*. Para o conhecimento das línguas indígenas. São Paulo: Loyola, 1994.

\_\_\_\_\_. “As Línguas Gerais Sul-Americanas”. *Papia*, v.4, n.2, p. 6-18, 1996.

\_\_\_\_\_. “Hipótese sobre as Migrações dos Três Subconjuntos Meridionais da Família Tupi-Guarani?”. *Atas do II Congresso Nacional da ABRALIN*. CD-ROM, 1596-1605. Florianópolis: ABRALIN, 2000.

ROSA, Maria Carlota. “A Língua Mais Geral do Brasil nos Séculos XVI e XVII”. In: BESSA FREIRE; ROSA (eds.) 2003, p.133-146.

SPIX, John Batist; MARTIUS, Karl F. P. von. *Viagem pelo Brasil*. Tradução de Lucia Furquim Lahmeyer de *Reise in Brasilien*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938 [1823].

URBAN, Greg. “On the Geographical Origins and Dispersion of Tupian Languages”. *Revista de Antropologia*, v.39, n.2, p. 61-104, 1996.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. “Sobre a Necessidade do Estudo e Ensino das Línguas Indígenas do Brasil; lida na sessão do 1.º de agosto de 1840”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico* 3, p. 53-63, 1841.

\_\_\_\_\_. “Ethografia Indígena. Línguas, Emigrações e Archeologia. Padrões de mármore dos primeiros descobridores”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico* 12, p. 366-376, 1874 [1849].

\_\_\_\_\_. *Introduction to the Vocabulario y Tesoro de la Lengua Guarani, ó mas bien Tupi*, por el P. Antonio Ruiz de Montoya, natural de Lima, Misionario en la antigua reduccion de Loreto, junto al rio Paranapanema del Brasil, Superior en otras y Rector del Colegio de Asubpcion, etc. Nueva edicion: mas correcta y esmerada que la primera, y con las voces indias en tipo diferente. Viena: Faesy y Frick; Paris: Maisonneuve Y Cia, 1876.

ZWARTJES, Otto; HOVDHAUGEN, Even (eds.). *Missionary Linguistics/ Lingüística Misionera*. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins, 2004.

ZWARTJES, Otto ; ALTMAN, Cristina (eds.). *Missionary Linguistics II/ Lingüística Misionera II. Orthography and Phonology*. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins, 2005.

---

## AUTORA

<sup>1</sup> **Cristina ALTMAN, Doutora.**  
Universidade de São Paulo (USP)  
altman@usp.br